

Número de inscrição: 10032137

Cidade de realização da prova: Brasília/Asa Norte/DF

CARGO 2: TÉCNICO LEGISLATIVO – ESPECIALIDADE: ASSISTENTE LEGISLATIVO E ADMINISTRATIVO – CÓDIGO: CD-AL- 026

Frase: A dança é a linguagem escondida da alma.

Sala: 80993

Sequencial: 033 / 057

CONCURSO PÚBLICO | EDITAL: 2025 | MANHÃ



CÂMARA DOS
DEPUTADOS

CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os dados registrados acima estão corretos e devidamente transcritos na sua **Folha de Respostas**. Confira também os dados em cada página numerada deste caderno de provas (caso se trate de caderno de provas reserva, confira apenas o nome do cargo). Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua **Folha de Respostas**, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos dados apresentados, solicite, de imediato, ao(à) aplicador(a) de provas mais próximo(a) que tome as providências necessárias.
- 2 Quando autorizado(a) pelo(a) chefe de sala/aplicador(a) de provas, escreva, no espaço apropriado da **Folha de Respostas**, com sua caligrafia usual, a frase constante do topo desta capa.
- 3 Durante a realização das provas, não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem autorização de um(a) dos(as) aplicadores(as) de provas.
- 4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da **Folha de Respostas**.
- 5 Ao terminar as provas, chame o(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a), devolva-lhe a sua **Folha de Respostas** e deixe o local de provas.
- 6 Nenhuma folha deste caderno pode ser destacada, exceto a **Folha de Respostas**, cujo cabeçalho será destacado pelo(a) chefe de sala ao final das provas, para fins de desidentificação.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na **Folha de Respostas** implicará a anulação das suas provas objetivas.

OBSERVAÇÕES:

- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS: 0800 722 1125 | www.cebraspe.org.br | sac@cebraspe.org.br



Cebraspe

Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação
e Seleção e de Promoção de Eventos

O CEBRASPE TRABALHA PARA OFERECER O MELHOR!

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código C, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliam **conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- CONHECIMENTOS GERAIS --

Linguagem Simples é o nome dado no Brasil a um conjunto de técnicas de redação e de *design* da informação usadas para produzir textos claros para o público-alvo das comunicações oficiais.

Quando falamos em “público-alvo” estamos tratando especificamente da parcela da população a quem a informação se destina. Uma pessoa pode, por exemplo, redigir um texto para um site de câmara municipal com o objetivo de que seja compreendido por cidadãos com ensino médio completo; um folheto sobre malária para uma população ribeirinha de baixa escolaridade; ou, ainda, um estudo legislativo para embasar o trabalho de um deputado. Em qualquer dessas situações, tanto o público como a instituição vão se beneficiar do uso da Linguagem Simples.

Embora no Brasil o termo “Linguagem Simples” tenha prevalecido, o mote da técnica não é exatamente “quanto mais simples, melhor”, mas “quanto mais claro, melhor”. Tendo-se em mente que a clareza, e não a simplicidade, é a meta última da técnica, é possível e desejável usá-la até mesmo para redigir um texto técnico para o público especialista em determinado assunto. Em casos como esse, trocar palavras difíceis por outras mais fáceis não será a primeira preocupação.

A Linguagem Simples vai muito além da escolha de palavras. A técnica engloba diretrizes relacionadas à arquitetura da informação, à estrutura das frases e ao *design*, com o objetivo de reduzir o tempo e a dificuldade para o cérebro processar informações.

Patricia Roedel. *Manual de linguagem simples* como planejar, desenvolver e testar textos que funcionam. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2024, p. 13-14 (com adaptações).

Com base nas ideias e nos aspectos linguísticos do texto apresentado, julgue os itens seguintes.

- 1 C Seria mantida a correção gramatical do primeiro período do texto caso o termo “usadas” fosse substituído por usado. *UM, CONJ.*
- 2 E O texto informa que Linguagem Simples é um padrão de linguagem com estruturas linguísticas e palavras próprias que se volta à simplificação dos textos para a completa assimilação do seu conteúdo pelo público a que tais textos se destinam. *N TEM “PALAVRAS PRÓPRIAS”*
- 3 E Conforme o texto, a clareza é uma das ferramentas usadas na Linguagem Simples com o fim de simplificar os temas tratados nos textos, permitindo-se, assim, que eles sejam plenamente entendidos pela população como um todo. *PÚBLICO*
- 4 E Segundo o texto, apesar de a Linguagem Simples ir além da mera seleção vocabular, o cuidado com essa seleção varia conforme a complexidade do gênero textual e do público-alvo, indo de importante, passando a secundário, até ser considerado irrelevante. *N IRRELEVANTE*
- 5 E No primeiro período do segundo parágrafo, o emprego da vírgula imediatamente após “público-alvo” é obrigatório e se justifica pela necessidade de serem separadas duas orações que apresentam o mesmo sujeito. *ADJ. ADV. DESLOCADO*
- 6 C A substituição de “a meta última” (segundo período do terceiro parágrafo) por a última meta alteraria o sentido veiculado originalmente no texto e poderia comprometer a coerência textual. *PERDE PRIORIDADE*

- 7 E No segundo parágrafo, os termos preposicionados “por cidadãos com ensino médio completo” (segundo período) e “do uso da Linguagem Simples” (último período) desempenham a mesma função sintática nas orações em que ocorrem — ambas na voz passiva.

- 8 C A forma pronominal “se”, em “vão se beneficiar” (último período do segundo parágrafo), poderia ser corretamente deslocada para imediatamente após a forma verbal infinitiva, da seguinte forma: vão beneficiar-se.

- 9 E Visto que, no primeiro período do terceiro parágrafo, a locução verbal “tenha prevalecido” corresponde ao tempo pretérito, conclui-se que o verbo da oração principal do período está empregado no presente histórico, em obediência ao paralelismo temporal.

A maior planície alagável do mundo está secando e ficando mais quente a um ritmo acelerado. Em quatro décadas, o pantanal, o menor bioma brasileiro, foi o que mais aqueceu e teve a maior redução na quantidade de chuvas. Essa dupla tendência, de mais calor e de menos pluviosidade, é visível em todos os ecossistemas nacionais — da Amazônia, no Norte, que engloba quase metade da área do país, ao pampa, no Rio Grande do Sul, ainda que nesse bioma de forma bem menos perceptível. *PANTANAL*

Entre 1985 e 2024, a temperatura média no bioma subiu 0,47 °C por década. Em quatro décadas, o aumento acumulado no pantanal chega a quase 1,9 °C. O ritmo de crescimento do aquecimento no pantanal é 60% superior ao calculado no mesmo período para o Brasil como um todo e para os biomas Amazônia e cerrado, que abrangem quase três quartos da área nacional. A velocidade de subida dos termômetros no pantanal é ainda cerca do dobro da apresentada na caatinga e na mata atlântica e mais que o triplo da do pampa nos 40 anos analisados.

Marcos Pivetta. Um pantanal mais quente e seco. In: Revista Pesquisa FAPESP, 2026, v. 360, p. 45 (com adaptações).

Julgue os próximos itens, referentes ao texto precedente.

- 10 C O termo “brasileiro” (segundo período do primeiro parágrafo) desempenha a mesma função sintática dos termos “Amazônia” e “cerrado” (terceiro período do segundo parágrafo): o primeiro modifica o nome “bioma”, e os dois últimos, “biomas”.
- 11 C Predomina, no segundo parágrafo do texto, a tipologia descritiva. *DESCREVE DADOS*
- 12 C De acordo com o texto, menor pluviosidade e aumento do calor no pantanal se caracterizam como um processo gradativo. *QUATRO DÉCADAS*
- 13 E O trecho “superior ao calculado no mesmo período” (terceiro período do segundo parágrafo) poderia ser corretamente reescrito como superior aquele calculado em idêntico período. *MUDA SENTIDO*

Novos dados da União Interparlamentar (UIP) e da ONU Mulheres revelam um progresso limitado no alcance da igualdade de gênero na liderança política. A edição de 2025 do mapa Mulheres na política mostra que os homens continuam a superar as mulheres em mais de três vezes nas posições executivas e legislativas em todo o mundo.

Globalmente, a presença feminina nos parlamentos subiu apenas 0,3%, alcançando 27,2% em relação ao ano anterior. Já nos ministérios, houve queda de 0,4%. Segundo Sima Bahous, diretora executiva da ONU Mulheres, o progresso não só é lento como há retrocesso em várias partes do mundo. “Trinta anos após a Declaração de Pequim, a promessa de igualdade de gênero na liderança política permanece não cumprida. Não podemos aceitar um mundo onde metade da população seja sistematicamente excluída da tomada de decisões”, frisou.

Bahous também lembrou que cotas, reformas eleitorais e vontade política são soluções para dismantlar barreiras sistêmicas. “O tempo das medidas paliativas acabou. É hora de os governos agirem para assegurar que as mulheres tenham um assento igual em todas as mesas onde o poder é exercido”, destacou.

A presidente da UIP, Tulia Ackson, classificou o ritmo de avanço como “glacial” e ressaltou a urgência de medidas concretas para garantir representação igualitária. O secretário-geral da UIP, Martin Chungong, defendeu o engajamento ativo de homens como parte da solução.

Ainda, o mapa de 2025 mostra que, enquanto as mulheres lideram importantes pastas ligadas a direitos humanos, igualdade de gênero e proteção social, os homens dominam áreas como relações exteriores, orçamento e defesa.

Internet: <onumulheres.org.br> (com adaptações).

Em relação às ideias e aos aspectos linguísticos do texto apresentado, julgue os seguintes itens.

- 14 O ritmo de avanço das medidas para o alcance da igualdade de gênero na liderança política no mundo é considerado desalentador pela autoridade máxima da UIP. **EXTRAPOLA**
- 15 É facultativo o emprego do acento indicativo de crase no vocábulo “as” em “superar as mulheres” (segundo período do primeiro parágrafo). **FALTA PREPOSIÇÃO**
- 16 Infere-se do texto que a UIP defende a proteção masculina às mulheres como medida concreta para a garantia de representação igualitária nos espaços de poder, o que sugere o enraizamento do posicionamento machista na sociedade. **F**
- 17 No primeiro período do quarto parágrafo, o emprego do termo presidenta em vez de “presidente” não só preservaria a correção do texto como também evidenciaria uma opção política de gênero, em consonância com os ideais de maior representatividade das mulheres nas esferas de poder. **DILMA**
- 18 As orações “para assegurar” (terceiro período do terceiro parágrafo) e “para garantir representação igualitária” (primeiro período do quarto parágrafo) exercem função adverbial e expressam circunstância de finalidade. **C**
- 19 O vocábulo “paliativas” (segundo período do terceiro parágrafo) poderia ser substituído, sem comprometimento da coerência das ideias do texto, por protelatórias. **F**
- 20 Estariam mantidos os sentidos e a correção gramatical do texto caso o trecho “Ainda, o mapa de 2025 mostra que” (último parágrafo) fosse assim reescrito: O mapa de 2025 mostra, ainda, que. **C**

Em 1988, ano do centenário da abolição da escravidão no Brasil, foi promulgada a atual Constituição Federal, a primeira a tratar da questão racial a que tornou o racismo crime inafiançável e imprescritível. Naquele ano de memória e avanço civilizatório, foi feita uma pequena pesquisa sobre racismo. Seus resultados mostravam um cenário contraditório: ao mesmo tempo em que 97% dos entrevistados afirmavam não ter preconceito racial, 98% dos entrevistados diziam conhecer pessoas racistas e ter presenciado situações de discriminação racial. A melhor descrição da situação foi feita anos depois pela historiadora e antropóloga Lília Moritz Schwartz: “A conclusão informal é de que todo brasileiro parece se sentir como uma ilha de democracia racial, cercado de racistas por todos os lados.”

[Hoje, o debate sobre o racismo cresceu. As cotas raciais são um sucesso social e acadêmico comprovado.] Tendem a ser cada vez menos numerosos, os que acreditam na democracia racial, e cada vez maior o número dos que sabem que o racismo deve ser extirpado.

Entretanto, a tendência de reconhecer mais o racismo não se repete em relação ao machismo. Todos reconhecem que há discriminação contra pretos e pardos, mas não contra as mulheres; todos reconhecem que há racismo, mas não reconhecem que há machismo, embora os mais jovens não se revelem machistas. Todas as gerações negam a discriminação contra as mulheres, apesar de a geração dos que nasceram no novo milênio ser a que menos percebe a discriminação de gênero, tanto mulheres quanto homens. No Brasil de hoje, há uma regra social implícita, segundo a qual ninguém pode deixar de reconhecer o racismo, mas a sociedade não reconhece a discriminação contra a mulher como relevante.

Felipe Nunes. Brasil no espelho, um guia para entender o Brasil e os brasileiros. Rio de Janeiro: Globo, 2025, p. 185-186 (com adaptações).

Julgue os próximos itens, relativos ao texto precedente.

- 21 Depreende-se da leitura do texto que a geração dos nascidos no novo milênio é menos afetada pela discriminação de gênero que as demais. **A QUE MENOS PERCEBE**
- 22 No segundo período do segundo parágrafo, o sujeito da oração iniciada pela forma verbal “Tendem” classifica-se sintaticamente como indeterminado. **“OS QUE ACREDITAM...”**
- 23 Os dois primeiros períodos do segundo parágrafo poderiam ser reescritos em um único período, sem prejuízo da correção gramatical e da coerência do texto, da seguinte forma: Atualmente, considerando o avanço do debate sobre o racismo, as cotas raciais já são aceitas como um sucesso social e acadêmico. **C**
- 24 Nos trechos “reconhecem que há discriminação” e “reconhecem que há machismo” (segundo período do terceiro parágrafo), a substituição do segmento “que há” por a existência de manteria tanto a correção gramatical quanto o paralelismo sintático no período. **C**
- 25 Infere-se dos resultados da pesquisa realizada em 1988 sobre racismo que os entrevistados implicitamente negavam fazer parte do coletivo a que pertenciam. **F**
- 26 No trecho “a primeira a tratar da questão racial e a que tornou o racismo crime” (primeiro período do texto), a conjunção “e” liga por adição duas orações adjetivas introduzidas pela preposição “a”. **C**

Little attention has been devoted to legislation's point of origin — the legislative drafting process. Such commentary as has been offered is essentially technical in nature. However, the relationship between drafter and text is the furthest thing from a technical, value-neutral enterprise.

For example: a question confronted by every drafter and one with obvious ethical and political implications is, "How much is to be left to the drafter's discretion?" Obviously, the drafter who less frequently inquires about the client's desires will have greater latitude to exercise discretion and accordingly can play more of an "advocacy" role in shaping the legislation, a situation which can lead to his or her sidestepping the duty of abiding by a client's decisions concerning the objectives of representation.

But this is not to paint too malevolent a portrait of legislative drafting personnel. They are not a fifth column of subversives who pursue personal advocacy objectives in everything that they do. Indeed, many may even be unaware of their power. They are, though, continually called upon to exercise personal judgment in the performance of their duties. Such judgments are frequently policy judgments, and drafting decisions are often influenced consciously or subconsciously by the advocacy agenda of the individual drafter. The legislative drafter plays a more active role in the process than is generally accorded to the stereotypical scribe, laboring in nameless and faceless obscurity to produce a bill draft.

David Marcello. The Ethics and Politics of Legislative Drafting.
In: Tulane Law Review, vol. 70, p. 2437, 1996 (adapted)

About the preceding text, judge the following items.

- 27 In "But this is not to paint too malevolent a portrait" (first sentence of the third paragraph), "this" does not refer to a specific previous word, but to the entire statement made in the second paragraph.
- 28 The text confronts the idea of neutrality of those whose work is to write texts that may become law.
- 29 The main point of the text is to reveal how drafters can deliberately manipulate the drafting process according to their own interests.
- 30 By using the expressions "'advocacy' role" (second sentence of the second paragraph) and "advocacy agenda" (fourth sentence of the third paragraph), the author is referring specifically to people who have a degree in law and work in the legislative branch.
- 31 It is correct to conclude from the first paragraph of the text that its author believes that not much has been explored about the true nature of legislative drafters' work, which is not merely technical and impartial. **POUCA ATENÇÃO**
- 32* The fragment of a sentence "greater latitude to exercise discretion" (second sentence of the second paragraph) can be, without this changing the original meaning of the text, replaced with greater possibilities to be discreet.

When conducting a survey on the use of technology in the legislative process, one of the questions I asked was "Has the legislature, as an institution or in part, resisted technology based changes?" I asked this question based on my own experience with the Massachusetts Legislature. I spent 9 years working with legislators and senior staff, and the way they sometimes approached technology was at times comical—at times frightening. My friends and I watched on—and laughed—the first time a laptop computer or an iPhone made its way onto the floor of the Massachusetts House or Senate and the members gathered around it, acting as though they were looking at an artifact that had been dropped from Mars. I also saw an older legislative drafter become befuddled and angry when he was forced to start using the "track changes" and "comment" functions on Microsoft Word rather than marking up a bill with his beloved red pencil.

Sean J. Kealy. Technology & Legislative Drafting In The United States.
Internet: <sites.bu.edu> (adapted)

Judge the following items concerning the previous text.

- 33 The negative way some legislators reacted to technology sometimes scared the author of the text. **ASSUSTADO (?)**
- 34* In his text, the author shows his skepticism about the use of technology in the legislative process.
- 35 The verb tense used in the survey question presented in the first sentence of the text indicates that there was no specific point in time respondents had to consider in their answers. **RESISTIU**
- 36 When conducting his survey, the author met an older drafter who did not want to change the way he worked with bills and red pencils. **EXPERIÊNCIA ANTIGA**

P: "Maria pagou e não assistiu." $P \wedge \neg Q$

Q: "João assistiu sem pagar." $P \wedge Q$

No que concerne às proposições P e Q apresentadas anteriormente, julgue os itens seguintes.

- 37 A proposição P é a negação de "Se Maria pagou, então assistiu." **Ma Ne** $P \rightarrow Q$
- 38* A falsidade da proposição "Se P, então Q" permite que se infira corretamente que João não assistiu.
- 39 A proposição Q é a negação de "Se João assistiu, então ele pagou." $P \rightarrow Q$
- 40* A tabela-verdade associada à proposição Q tem 8 linhas. 2^3
- 41 A negação da proposição Q pode ser expressa por "João não assistiu sem pagar." $\sim P \vee \sim Q$

Espaço livre

$\bar{N}$ ASSISTIU OU PAGOU

P	→	Q	P	Q	$P \wedge Q$
V	F	F	V	V	V
V	F	F	V	F	F
F	V	F	F	V	F
F	F	F	F	F	F

Determinada comissão da Câmara dos Deputados é composta por 12 membros, 2 dos quais são do mesmo partido político. A Mesa da comissão é composta por 4 desses membros, que ocupam os cargos de presidente, vice-presidente, 1.º secretário e 2.º secretário, todos com atribuições específicas, que os distinguem entre si e dos demais membros da comissão. Cada cargo deve ser ocupado por apenas um deputado, vedada a acumulação de cargos. Em certo dia de deliberações, todos os deputados dessa comissão que não participam da Mesa se inscreveram para fazer uma fala. A tabela a seguir apresenta a duração, em minutos, dos discursos dos cinco primeiros deputados a realizarem as suas falas.

deputado	duração
1	7
2	4
3	(6)
4	5
5	8

Com base na situação hipotética precedente, julgue os itens a seguir.

- 42 Se os cargos da Mesa fossem preenchidos por escolha aleatória entre os membros da comissão, a probabilidade de ambos os membros que são do mesmo partido político integrarem a Mesa seria superior a 10%.
- 43 Se o sexto deputado levar 7 minutos em seu discurso, a mediana da série das durações dos seis primeiros discursos será maior que a mediana da série das durações dos cinco primeiros discursos.
- 44 Considerando-se o tempo médio das falas dos cinco primeiros deputados que discursaram, é correto concluir que, se o sexto deputado levar 7 minutos em seu discurso, a duração média dos discursos aumentará. MÉDIA 7,4 min
- 45 É possível compor a Mesa de mais de cinco mil maneiras distintas sem que nela estejam presentes nenhum dos dois membros que são do mesmo partido político.
- 46 O desvio-padrão dos tempos de fala dos cinco primeiros deputados é superior a 2 minutos.

No âmbito da Câmara dos Deputados, foi celebrado, nos termos da legislação aplicável, instrumento de cooperação administrativa para que determinadas atividades administrativas internas de apoio institucional, sem caracterização de delegação de serviço público, até então executadas diretamente por unidades internas do órgão, passassem a ser materialmente executadas por fundação pública federal de direito privado, integrante da administração indireta da União. Não houve transferência da titularidade nem da execução de serviço público em sentido próprio, tendo a Câmara dos Deputados permanecido responsável pela direção funcional, pela definição das diretrizes e pelo controle finalístico da atuação. Promoveu-se a redistribuição interna de competências entre secretarias, diretorias e coordenações já existentes, sem criação de novos órgãos, tendo sido mantida a relação de hierarquia administrativa no âmbito da própria Câmara dos Deputados.

Considerando a situação hipotética apresentada e os conceitos de centralização, descentralização, concentração e desconcentração administrativas, julgue os itens a seguir.

- 47 A redistribuição de competências entre secretarias, diretorias e coordenações da Câmara dos Deputados, realizada no âmbito da mesma pessoa jurídica, sem criação de novos órgãos e com preservação da hierarquia administrativa, configura hipótese de desconcentração administrativa.
- 48 A execução material, por fundação pública federal de direito privado, de atividades-meio administrativas internas da Câmara dos Deputados, sem transferência da titularidade nem da execução de serviço público em sentido próprio, não configura descentralização administrativa.

Espaço livre

12 MEMBROS

↳ 4 MESA

↳ 8 FALARAM

→

$$\begin{array}{r} 11 \overline{) 12} \\ -10 \quad 5,5 \\ \hline 10 \\ -10 \quad 0 \end{array}$$

$$\begin{array}{r} 13 \overline{) 12} \\ -10 \quad 5,15 \\ \hline 30 \\ -30 \quad 0 \end{array}$$

$$\frac{7 + 4 + 6 + 5 + 8}{5} = \frac{30}{5} = 6$$

$$\frac{30 + 7}{5} = \frac{37}{5} = 7,4$$

$$\frac{6 + 5}{2} = \frac{11}{2} = 5,5$$

6 PRIMEIROS = 5,5
5 PRIMEIROS = 6

$$4,5,6,7,8 = 6$$

$$4,5,6,7,7,8 = \frac{6 + 7}{2} = \frac{13}{2} = 5,15$$

Julgue os seguintes itens, relativos à administração direta e indireta e às entidades da administração indireta.

- 49 As fundações públicas, independentemente de sua natureza jurídica, submetem-se integralmente ao regime jurídico de direito público no que se refere à aplicação irrestrita das prerrogativas típicas dos bens públicos.
- 50 A administração indireta é composta por pessoas jurídicas com personalidade própria, criadas ou autorizadas por lei, que desempenham atividades administrativas de forma descentralizada, sem subordinação hierárquica ao ente instituidor, estando sujeitas a controle finalístico.
- 51 A criação de empresas públicas e sociedades de economia mista prescinde de autorização legislativa específica se o ente federativo detiver o controle acionário e a entidade atuar em conformidade com o interesse público. **N** **DISPENSA**

A respeito do ato administrativo, julgue os itens seguintes.

- 52 Os atos administrativos vinculados e discricionários distinguem-se quanto à margem de liberdade conferida à administração na apreciação do motivo e do objeto, sendo ambos igualmente submetidos ao controle de legalidade pelo Poder Judiciário.
- 53 A imperatividade e a autoexecutoriedade são atributos dos atos administrativos, independentemente de sua natureza e de previsão legal.
- 54 A revogação, por conveniência e oportunidade, do ato administrativo não pode atingir atos válidos que tenham gerado direitos adquiridos, sob pena de violação à segurança jurídica.

Maria, servidora pública federal efetiva e estável, ocupante de cargo de analista em órgão da administração direta da União, submetida à Lei n.º 8.112/1990, foi designada, após alguns meses de exercício, para ocupar cargo em comissão no próprio órgão. Posteriormente, requereu licença para tratar de interesses particulares, a qual foi deferida pela autoridade competente, que consignou que o afastamento seria sem remuneração e determinou a exoneração de Maria do cargo em comissão.

Com base na situação hipotética apresentada, julgue os próximos itens, considerando as normas aplicáveis aos agentes públicos constantes na Lei n.º 8.112/1990 e na Constituição Federal.

- 55 A licença para tratar de interesses particulares constitui direito subjetivo de Maria, e sua concessão independe do interesse da administração.
- 56 Por determinação legal, o deferimento da licença importaria a exoneração automática de Maria do cargo em comissão por ela ocupado.
- 57 O período de licença concedido a Maria será computado para fins de aposentadoria da servidora, ainda que não seja considerado tempo de efetivo exercício para outras vantagens funcionais.

No que se refere à responsabilidade civil do Estado e à improbidade administrativa, julgue os itens a seguir.

- 58 A mera voluntariedade do agente não é suficiente para configurar a conduta dolosa de improbidade administrativa, sendo necessária a presença da vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito.
- 59 O servidor público que, de forma negligente, realiza ordenação de despesa não autorizada em lei, com efetiva perda patrimonial, pratica ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.
- 60 Em decorrência da teoria do risco administrativo, o Estado possui responsabilidade civil objetiva pelos encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviços contratada pela administração pública.

Julgue os itens seguintes, com base nas disposições da Lei de Acesso à Informação (Lei n.º 12.527/2011), da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n.º 13.709/2018) e da lei que regula o processo administrativo (Lei n.º 9.784/1999).

- 61 No âmbito do processo administrativo regulado pela Lei n.º 9.784/1999, as sanções podem ter natureza pecuniária ou consistir em obrigação de fazer ou de não fazer.
- 62 É condição para a realização do pedido de acesso a informações a apresentação de exposição de motivos.
- 63 A Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD), autarquia de natureza especial dotada de autonomia funcional, técnica, decisória, administrativa e financeira, possui competência sancionatória em caso de tratamento de dados realizado em descumprimento à legislação.
- 64 A Lei Geral de Proteção de Dados aplica-se ao tratamento de dados pessoais realizado para fins exclusivamente jornalísticos e para fins exclusivos de atividades de repressão a infrações penais.
- 65 No processo administrativo, deve-se observar, entre outros critérios, o de atendimento a fins de interesse geral, permitida a renúncia parcial de poderes ou competências, desde que autorizada por lei.
- 66 Desde que não seja configurada hipótese de informação classificada como sigilosa ou decorrente de sigilo legal, o direito de acesso aos pareceres jurídicos utilizados como fundamento da tomada de decisão e do ato administrativo será assegurado com a edição do ato decisório respectivo.
- 67 As regras previstas na lei que regula o processo administrativo federal não se aplicam ao Poder Legislativo da União, ainda que no desempenho de função administrativa.

Julgue o item subsequente, relativo ao controle da administração pública.

- 68 A sustação, pelo Congresso Nacional, de portaria normativa editada por ministro de Estado, em razão de violação ao princípio da legalidade, configura um tipo de controle legislativo, político e externo da administração pública.

No que diz respeito ao Estado burocrático, ao Estado do bem-estar e a controle social e *accountability*, julgue os itens que se seguem.

- 69 O controle social, como mecanismo de participação da sociedade na gestão pública, restringe-se à etapa de formulação das políticas públicas, visto que a fiscalização da execução orçamentária é competência técnica exclusiva e indelegável dos órgãos de controle externo e interno.
- 70 Fundado na profissionalização e na impessoalidade, o Estado burocrático admite disfunções que o afastam das demandas sociais, o que o Estado do bem-estar busca mitigar por meio da universalização de direitos e do fortalecimento do seu caráter prestacional.
- 71 No setor público, *accountability* compreende, além do dever de prestar contas e de transparência dos atos administrativos, a capacidade de imposição de sanções e correções em caso de desvios ou descumprimento de deveres.

Acerca da gestão por resultados, gestão por competências e redefinição do papel do Estado, julgue os itens subsecutivos.

- 72 Na administração pública, a gestão por resultados utiliza a pactuação de desempenho para substituir o controle rígido de processos pela autonomia gerencial, deslocando o foco da fiscalização dos meios para a avaliação do alcance de metas e impactos. **C**
- 73 A identificação de gaps de competências é essencial para o planejamento de ações de treinamento e desenvolvimento da equipe, com vistas ao alcance das estratégias organizacionais. **C** *FALTA DE COMPETÊNCIAS*
- 74 A redefinição do papel do Estado assentou a diferença entre atividades exclusivas e serviços não exclusivos, em relação a estes, a reforma do serviço civil priorizou o reforço dos controles de processos em detrimento da autonomia gerencial, como forma de garantir a legalidade na prestação de serviços públicos. **E**
- 75 A avaliação de competências baseada em certificações e títulos acadêmicos mensura o desempenho efetivo do servidor, visto que o conhecimento teórico constitui o pilar central da competência no setor público. **E** *EFETIVO = ATITUDE*

Acerca de comunicação na gestão pública e gestão de redes organizacionais, julgue os seguintes itens.

- 76 O envolvimento de atores da sociedade civil e do setor privado nas políticas públicas está relacionado à incorporação da intersetorialidade a essas políticas e confere maior complexidade às redes organizacionais. **C**
- 77 Entre os objetivos da Política Nacional de Linguagem Simplex consta a redução da necessidade de intermediários na comunicação entre o poder público e o cidadão. **C**

Julgue os próximos itens, no que diz respeito aos princípios de governança pública, de acordo com o Decreto n.º 9.203/2017.

- 78 Promover a simplificação administrativa pela priorização dos serviços prestados por meio eletrônico insere-se entre os princípios da governança pública expressamente previstos no referido instrumento legal. **E** *OBJETIVO (?)*
- 79 A capacidade de resposta é princípio a ser observado na governança pública. **C**

Em relação a governabilidade e governança, julgue os itens a seguir. *GOVERNANÇA*

- 80 Governabilidade consiste na capacidade que um governo, de qualquer nível e orientação política, possui para formular e implementar políticas públicas de forma eficiente e efetiva. **E**
- 81 A principal similaridade entre as denominadas nova gestão pública e nova governança pública é a ênfase dada à competição para a provisão de serviços públicos. **E**

No que diz respeito à intermediação de interesses por meio de práticas corporativistas e neocorporativistas, julgue os itens seguintes.

- 82 O corporativismo estrutura-se de forma articulada com as democracias sociais de inspiração keneynsiana, surgidas após a Segunda Guerra Mundial. **C**
- 83 O neocorporativismo caracteriza-se por práticas de concertação social entre capital e trabalho arbitradas pelo Estado. **E**

No que se refere a políticas públicas, julgue os itens subseqüentes.

- 84 As conferências, os conselhos de políticas públicas e os orçamentos participativos constituem espaços importantes para a concretização do exercício do controle social. **C**
- 85 A abordagem bottom-up caracteriza-se pela descentralização do processo decisório e pela construção de estratégias a partir das experiências da base operacional. **C** *↑Δ*
- 86 No Brasil, os conselhos de políticas públicas fortalecem a democracia e a descentralização ao institucionalizarem a participação da sociedade civil nas decisões e no controle da gestão governamental. **C**
- 87 A gestão local pautada na cidadania deve priorizar políticas públicas universalistas e padronizadas, de forma a se evitem ações que atendam às necessidades específicas de determinados grupos, ainda que considerados vulneráveis. **E**
- 88 Falhas na governança e a ausência de transparência na gestão dos fundos de saúde e educação, por exemplo, criam um ambiente institucional propício à ocorrência de irregularidades financeiras. **C**

Acerca das mudanças institucionais, julgue os itens a seguir.

- 89 Ao adquirir personalidade de direito público, o consórcio se torna uma empresa pública e passa a integrar a administração indireta de todos os entes federativos consorciados. **E**
- 90 Entre as prerrogativas das agências reguladoras, que são autarquias em regime especial, inclui-se a estabilidade de seus dirigentes durante o mandato. **C**

Espaço livre

□ □ □

FB = 18

5

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Acerca do poder constituinte e de aspectos atinentes à Constituição Federal de 1988 (CF), julgue os itens a seguir. ^{EC}

- 91 O poder constituinte derivado não está previsto na CF, embora nela estejam previstos seus limites expressos e implícitos. EXPRESSAMENTE PREVISTO (PREVISORIAL)
- 92 O processo constituinte que culminou na promulgação da CF foi marcado por intensa participação popular na Assembleia Constituinte.
- 93 O poder constituinte originário é qualificado como incondicionado e ilimitado, contudo, consoante a doutrina majoritária, pode submeter-se a limitações do direito natural.

Em relação aos direitos e às garantias fundamentais previstos na CF, considerada a jurisprudência do STF, julgue os itens que se seguem.

- 94 O exercício do direito de greve, sob qualquer forma ou modalidade, é vedado a todos os servidores públicos que atuam diretamente na área de segurança pública. DIMINUI EFETIVO
- 95 A licença-paternidade, direito social previsto expressamente no texto constitucional, relaciona-se com as garantias institucionais da família, da proteção integral da infância e do direito fundamental à igualdade entre homens e mulheres.
- 96 O direito à gratuidade de obtenção de certidões em repartições públicas contempla as certidões emitidas pelo Poder Judiciário, excetuadas aquelas de natureza forense.

À luz das disposições da CF relativas à administração pública, julgue os itens a seguir.

- 97 O servidor público da administração pública direta que estiver no exercício de mandato eletivo federal deverá ficar licenciado do cargo, não podendo esse período de afastamento ser computado como tempo de serviço.
- 98 O texto constitucional veda a vinculação ou equiparação de espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público, ressalvadas as hipóteses de vinculação previstas na própria CF.

Julgue os itens a seguir, com base nas disposições da Constituição Federal de 1988 (CF).

- 99 Durante a vigência do estado de defesa, o ministro da Justiça poderá determinar a incomunicabilidade, pelo prazo de até dez dias, dos presos detidos em prisões federais.
- 100 Desde a data da expedição do respectivo diploma, deputados e senadores ficam proibidos de ser titulares de mais de um cargo público.
- 101 A fixação e a modificação do efetivo das Forças Armadas são atribuições exclusivas do Senado Federal, sendo de iniciativa do presidente da República projeto de lei que trate desse assunto. ATRIBUIÇÃO DO P.R
- 102 A legitimidade para a iniciativa das propostas de emendas à CF é mais ampla que a das medidas provisórias.
- 103 À Câmara dos Deputados compete eleger dois cidadãos brasileiros natos, com mais de 35 anos de idade, como membros do Conselho da República. SENADO (?)

Julgue os seguintes itens, de acordo com as previsões do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

- 104 A sessão legislativa ordinária somente pode ser interrompida após a aprovação da lei orçamentária anual. LDO
- 105 As sessões ordinárias da Câmara dos Deputados constarão do pequeno expediente, do grande expediente, da ordem do dia e, desde que haja tempo, das comunicações parlamentares.
- 106 Os membros efetivos da Mesa da Câmara dos Deputados não podem fazer parte de comissões permanentes, especiais ou de inquérito.

Em relação aos fundamentos, à evolução e às teorias e escolas da administração, julgue os itens a seguir.

- 107 A abordagem comportamental incentiva a criação de oportunidades para a liberação dos potenciais humanos e para o crescimento individual do trabalhador.
- 108 A superação dos princípios científicos do reducionismo, do pensamento analítico e do mecanicismo propiciou o desenvolvimento da abordagem sistêmica da administração.
- 109 A teoria neoclássica da administração, como contribuição do pensamento pragmático americano, rompeu com a teoria clássica e com os conceitos de racionalização do trabalho ao resgatar elementos de humanização na gestão de pessoas.

No que se refere à gestão de pessoas, julgue os itens seguintes.

- 110 Na prática, todo líder pode adotar os estilos de liderança autocrático, liberal ou democrático em função da situação, das pessoas e da tarefa a ser executada.
- 111 O clima organizacional diz respeito à criação de condições físicas favoráveis ao desenvolvimento das atividades dos trabalhadores dentro da organização.
- 112 A gestão por competências visa ao desenvolvimento e ao aprimoramento de conhecimentos, habilidades e atitudes das pessoas, de forma que elas possam agregar valor à organização. CHA'D

Considerando os principais conceitos de governança e estratégia nas empresas, julgue os itens subsequentes.

- 113 A compatibilização dos fatores referentes aos ambientes externo (ameaças e oportunidades) e interno (forças e fraquezas) é essencial para a construção da proposta de valor da organização. SWOT
- 114 Gerar valor tanto para os proprietários quanto para as partes interessadas constitui um dos objetivos da governança corporativa.
- 115 Garantir os melhores retornos aos proprietários e demais interessados em uma organização é o principal objetivo do compliance, estando o cumprimento dos dispositivos legais e normativos associados a esse objetivo: leis e normas devem ser adotadas na medida em que assegurem tais retornos. NORMAS
- 116 Balanced scorecard é a ferramenta que traduz de forma visual os objetivos estratégicos definidos pela alta administração da entidade, materializando a visão e a estratégia, em alinhamento com a missão e os valores da organização. INDICADORES DE DESEMPENHO

Em relação à gestão de projetos, julgue os próximos itens.

117 Para viabilizar a gestão de portfólio de projetos, todos os projetos que integram o portfólio devem iniciar-se no mesmo momento, independentemente de suas datas de conclusão.

118 GEPnet e Dotprojec são softwares de gerenciamento de projetos licenciados.

119 O ciclo de vida de um projeto define as fases que conectam o início do projeto ao seu final.

120 A padronização dos processos de governança relacionados a projetos facilita o compartilhamento de recursos, metodologias, ferramentas e técnicas.

No que diz respeito à gestão de processos, julgue os itens a seguir.

121 Subprocessos são os conjuntos de atividades que transformam insumos (entradas) em produtos (saídas), subdividindo-se em atividades que podem ser desmembradas em tarefas.

122 A modelagem de processos dispensa a compreensão dos componentes primários dos processos de negócios e dos fatores ambientais.

123 Processos organizacionais são fenômenos dinâmicos que envolvem um conjunto complexo de variáveis ambientais e de pessoas.

124 Ao conjunto de processos críticos para o atingimento da missão da organização dá-se o nome de macroprocessos.

Acerca de licitação pública, julgue os itens a seguir, com base nas disposições da Lei n.º 14.133/2021, observada a jurisprudência dos tribunais superiores.

125 O planejamento e a unificação das funções são princípios norteadores do procedimento licitatório.

126 Segundo entendimento do STF, a empresa que tenha sido contratada diretamente por dispensa de licitação em razão de situação emergencial ou calamitosa estará impedida de participar de eventual licitação substitutiva à dispensa de licitação, quando encerrada a situação de emergência ou calamidade.

127 Dado o princípio do parcelamento, a ser observado no âmbito das licitações, seria ilegal a opção administrativa pela estruturação do objeto licitatório em lote único, no caso de planejamento de compras.

128 Na modalidade diálogo competitivo, todos os interessados que preencherem os critérios de pré-seleção, a serem necessariamente veiculados em edital, deverão ser admitidos.

129 A inexigibilidade de licitação atinente à contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual é incompatível com a subcontratação de empresas.

130 No caso de procedimento licitatório realizado na modalidade leilão, cabe à autoridade competente da administração pública, em juízo discricionário, decidir se o certame será conduzido por servidor público ou se, alternativamente, será cometido a leiloeiro oficial.

No que concerne aos contratos administrativos, julgue os seguintes itens, à luz das disposições da Lei n.º 14.133/2021.

131 A prorrogação sucessiva de contratos de serviços e fornecimentos contínuos, respeitada a vigência máxima decenal, depende de previsão editalícia expressa nesse sentido.

132 A extinção do contrato administrativo prejudica o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro requerido durante a vigência contratual.

133 O instrumento de contrato é obrigatório em todos os contratos administrativos, inclusive nas situações de dispensa e inexigibilidade de licitação.

134 A aplicação da pena de multa tem caráter substitutivo em relação à obrigação de reparação integral do dano causado à administração pública.

135 O prazo prescricional das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, a ser iniciado da ciência da infração pela administração pública, considera-se interrompido se houver a instauração do processo de responsabilização.

136 O contrato administrativo deve conter cláusula que preveja o índice de reajustamento de preço, podendo ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial.

137 Admite-se como modalidade de garantia contratual a caução em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural.

138 O reajustamento do contrato pode ser realizado por mero apostilamento, dispensada a formalização de termo aditivo.

A respeito dos contratos administrativos, considerados aspectos atinentes às responsabilidades da administração e da contratada, à fiscalização e à gestão dos contratos administrativos, julgue os itens subsequentes, com base no disposto na Lei n.º 14.133/2021.

139 É vedada a contratação de terceiros no âmbito das atividades de acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos administrativos.

140 É atribuição do gestor do contrato indicar os agentes públicos responsáveis pela fiscalização da execução contratual, admitida a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a risco.

141 O inadimplemento das obrigações fiscais e comerciais é de responsabilidade do contratado e tal conduta implica restrição à regularização e ao uso das obras e das edificações, inclusive perante o registro de imóveis.

Acerca dos contratos administrativos relativos a contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, julgue os próximos itens, à luz do que dispõe a Lei n.º 14.133/2021.

142 A administração pública responderá, subsidiariamente, pelos encargos trabalhistas e previdenciários, desde que demonstrada falha na fiscalização do cumprimento das obrigações do contratado.

143 A administração pública possui a prerrogativa de, durante o acompanhamento da execução contratual, solicitar ao contratado, sob pena de multa, o comprovante de depósito do FGTS dos empregados.

144 Uma vez verificado o inadimplemento das obrigações trabalhistas, admite-se à administração pública efetuar diretamente o pagamento das verbas trabalhistas pendentes, deduzindo-se esses valores do pagamento devido ao contratado.

A respeito de segurança, ética e responsabilidade digital no serviço público e governança de dados, julgue os itens a seguir.

145 No *spear phishing*, a personalização da mensagem é irrelevante para o sucesso do ataque, uma vez que a credibilidade decorre principalmente do uso de canais e identidades aparentemente legítimos.

146 Conforme a legislação vigente, as regras de boas práticas e os programas de governança em privacidade, uma vez instituídos, restringem-se aos dados pessoais coletados diretamente pelo controlador, não se estendendo a dados obtidos por outros meios.

147 Os órgãos responsáveis por serviços públicos digitais devem gerir suas ferramentas com foco na interoperabilidade, entre outros aspectos, em conformidade com a legislação aplicável e os requisitos de segurança da informação.

COMUNICAÇÃO DE SISTEMAS

Acerca de inteligência artificial, técnicas de *prompts*, transformação e análise de dados, julgue os itens seguintes.

148 No *zero-shot prompting*, é fornecido ao modelo apenas a instrução inicial, sem exemplos adicionais, a fim de se explorar a capacidade do modelo de fazer generalizações a partir do conhecimento obtido no treinamento.

149 Em se tratando de análises de tendências e projeções, desconsideram-se atributos como sazonalidade, autocorrelação e granularidade temporal quando utilizados modelos estatísticos consolidados.

150 O objetivo da utilização de modelos supervisionados é o atendimento de tarefas como clusterização, redução de dimensionalidade e detecção de anomalias.

151 No processo de discretização de dados, valores contínuos são convertidos em intervalos ou categorias predefinidas, como o agrupamento de idades em faixas etárias.

No que se refere aos processos de ETL (*extract, transform, load*) e a técnicas de pré-processamento de dados para classificação e visualização de dados, julgue os próximos itens.

152 A análise PCA (análise de componentes principais) é utilizada para simplificar os dados e reduzir o ruído, pois tende a equilibrar as dimensões que têm valores mais extremos (*outliers*).

153 Em um gráfico de dispersão, se os valores do eixo vertical diminuírem à medida que os valores do eixo horizontal aumentarem, a direção será considerada positiva.

154 Em ETL, a transformação de uma linha que contém colunas com múltiplas ocorrências em uma linha para cada instância dos dados com múltiplas ocorrências é um exemplo de normalização de dados da etapa *transform*.

Suponha que as informações apresentadas na tabela a seguir tenham sido obtidas de um relatório gerencial referente ao número mensal de processos administrativos concluídos ao longo de um ano em uma unidade administrativa.

número de observações	12
valor mínimo	42
primeiro quartil	48
segundo quartil	53
terceiro quartil	62
valor máximo	70

Com base nas informações precedentes, julgue os itens a seguir.

155 O intervalo interquartil dos dados é igual a 14 e mede a dispersão da região central da distribuição associada ao 25.º e ao 75.º percentis.

156 Os valores mínimo e máximo apresentados na tabela consistem em medidas de dispersão, pois indicam diretamente a variabilidade dos dados observados.

157 O número de observações representa uma medida de posição.

158 Sob a perspectiva de uma distribuição de probabilidades, o número mensal de processos administrativos concluídos ao longo de um ano pode ser representado por uma variável aleatória discreta X , tal que $0 \leq P(42 \leq X \leq 70) \leq 1$.

Um órgão público municipal realizou um levantamento para estimar o percentual de adultos residentes no município satisfeitos com determinado serviço público. A equipe técnica havia recomendado pesquisa por amostragem aleatória da população-alvo, a fim de permitir inferência estatística com erro amostral controlado, contudo, por restrições operacionais, o levantamento foi conduzido por convite via *email*, a partir de uma lista administrativa com os endereços de 100.000 residentes. Destes, 1.000 residentes aderiram voluntariamente e responderam ao questionário *online*. Como verificação de consistência do perfil amostral, a idade dos respondentes foi comparada a um parâmetro conhecido da população-alvo. Sabe-se, com base em dados cadastrais consolidados, que a média de idade da população-alvo é de 35 anos. No levantamento por *email*, a média amostral de idade foi de 45 anos, com margem de erro de 2 anos, a um nível de confiança de 95%, conforme relatório técnico.

A partir das informações apresentadas na situação hipotética anterior, julgue os próximos itens.

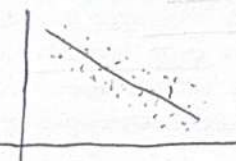
159 Supondo-se que o desvio padrão populacional das idades dos residentes seja de 10 anos, a média amostral de idade obtida no levantamento por *email* corresponde a um escore z padronizado igual a 0.

160 A diferença entre a média de idade da população-alvo (35 anos) e a média amostral (45 anos) representa um erro amostral.

161 Se a pesquisa tivesse sido conduzida conforme a recomendação da equipe técnica e com tamanho amostral de 900 residentes, o erro padrão na estimação do percentual de residentes satisfeitos com o serviço público em questão seria sempre inferior a 2%.

162 Mantidas as demais condições estabelecidas na situação hipotética apresentada, se o nível de confiança escolhido tivesse sido de 99%, a margem de erro teria sido superior a 2 anos.

Espaço livre



respeito da programação, da execução e do controle dos recursos orçamentários e financeiros, julgue os itens a seguir, considerando as fases da despesa pública.

- 163 O pré-empenho constitui estágio preambular obrigatório do ciclo executivo da despesa, configurando pressuposto de sua validade e eficácia, razão pela qual sua ausência enseja a nulidade absoluta do empenho subsequente, por vício insanável de rito procedimental. **EMPENHO É OBRIGADO**
- 164 A liquidação da despesa é um procedimento meramente formal e restrito à conferência dos valores contratados, não sendo necessária a verificação da efetiva entrega de bens ou da prestação de serviço nessa fase.
- 165 Ainda que regularmente empenhada e liquidada a despesa, seu pagamento poderá ser postergado por insuficiência de disponibilidade financeira decorrente da programação financeira e do cronograma de desembolso. **RAP**
- 166 O empenho representa reserva formal de parte do orçamento destinada a assegurar um pagamento futuro, vinculando o Estado ao compromisso assumido antes mesmo da conclusão da obrigação financeira definitiva.

Julgue os itens a seguir, relativos à guia de recolhimento da União (GRU) e aos sistemas de informações utilizados na administração orçamentária e financeira federal.

- 167 Na sistemática do PagTeseuro, a GRU, como meio de pagamento, pode ser substituída pelo Pix ou por cartões de crédito, sem prejuízo da destinação à Conta Única do Tesouro Nacional.
- 168 O Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) é considerado um sistema estruturante da administração financeira da União, pois reúne, em uma única plataforma, os registros orçamentários, financeiros e contábeis, permitindo o acompanhamento integrado e simultâneo da execução da receita e da despesa pública.
- 169 A GRU é instrumento padronizado destinado ao recolhimento de qualquer receita pública federal, incluindo as receitas previdenciárias e aquelas administradas pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Julgue os itens subsequentes, relativos ao controle e ao pagamento de restos a pagar e de despesas de exercícios anteriores.

- 170 Ainda que o empenho seja cancelado sob o aspecto orçamentário, a obrigação patrimonial derivada da liquidação subsistirá enquanto o direito do credor estiver vigente. **DEA**
- 171 Despesas de exercícios anteriores são necessariamente aquelas empenhadas em exercício anterior e canceladas por insuficiência financeira. **PODE N TER EMPENHO**
- 172 A inscrição em restos a pagar decorre da manutenção da despesa no regime orçamentário da competência anual, permitindo que despesas empenhadas e não pagas até 31 de dezembro sejam transferidas para o exercício seguinte sem necessidade de novo empenho.
- 173 Enquadram-se como despesas de exercícios anteriores os restos a pagar cancelados cuja prescrição tenha sido interrompida e dos quais o credor ainda mantenha o direito ao recebimento.

Acerca do suprimento de fundos, julgue os itens seguintes.

- 174 O servidor responsável por suprimento de fundos pode receber novo suprimento antes de prestar contas do anterior, desde que autorizado pela autoridade competente. **MAX. 2**
- 175 O ordenador de despesa não poderá conceder a servidor suprimento de fundos para despesas feitas em caráter sigiloso, ainda que tenha empenho e dotação própria.

Em relação à retenção e ao recolhimento de tributos incidentes sobre bens e serviços, julgue os itens a seguir.

- 176 Nas contratações de serviços de limpeza, conservação e vigilância em que haja cessão de mão de obra, a retenção da contribuição previdenciária de 11% sobre o valor bruto da nota fiscal é obrigatória e deve ser efetuada pelo órgão contratante no ato da quitação da fatura.
- 177 A sujeição passiva dos órgãos da administração pública federal à retenção na fonte dos tributos e das contribuições federais subsiste incólume mesmo nos casos de pagamentos a pessoas jurídicas optantes pelo Simples Nacional.
- 178 É dever do órgão público federal, na qualidade de fonte pagadora, fornecer à pessoa jurídica beneficiária do pagamento o comprovante anual de retenção, para fins de ajuste anual ou dedução dos tributos antecipados.
- 179 Caso nota fiscal de prestação de serviços apresente erro no destaque do valor a ser retido, o órgão pagador fica impedido de efetuar a retenção, devendo devolver o documento ao fornecedor para correção antes de qualquer procedimento de pagamento ou glosa.
- 180 No pagamento, pela Câmara dos Deputados, a entidades imunes ou isentas de IRPJ, a dispensa de retenção desse imposto ocorre de forma automática e, apesar da necessidade de comprovação documental, o reconhecimento da imunidade do IRPJ desonera a entidade, de imediato, da retenção da CSLL, do PIS e da COFINS, independentemente do preenchimento completo dos requisitos específicos de isenção das contribuições sociais.

Espaço livre ☒ ☒ ☒

EB = 26

17

15

20 EB